

# Infâncias e primeiro-damismo no Brasil: gênero e tempo presente (2016-2023).

Silva, Bruno Sanches Mariante.

Cita:

Silva, Bruno Sanches Mariante (2024). *Infâncias e primeiro-damismo no Brasil: gênero e tempo presente (2016-2023)*. 6tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/6jornadasinfancia/59>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ez2b/FY0>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

## **Infâncias e primeiro-damismo no Brasil: gênero e tempo presente (2016-2023).**

Bruno Sanches Mariante da Silva <sup>1</sup>

“Na Nova República, em meio à luta feminina por mais espaço e respeito, o país conheceu seis primeiras-damas. Uma delas entraria para história por sua contribuição intelectual e de reorganização da política social do governo. Outra teria seu nome envolvido em um caso de corrupção, assim como o do marido, de quem se separaria depois de sair do governo. Duas mantiveram-se distantes da vida pública, dedicando-se às funções palacianas. A beleza de outra seria comparada à de Maria Thereza Goulart. E, por fim, a última, também graciosa, quebraria o protocolo do cerimonial de posse do marido, falando antes dele no parlatório através de libras, a língua brasileira dos sinais. No maior período democrático já vivido pelo país, somente dois presidentes eram divorciados: Itamar e Dilma.” (Guedes, Melo, 2019, p.234.

O excerto acima citado nos apresenta uma breve história das primeiras-damas brasileiro no período histórico da “Nova República”, isto é, o Estado republicano que tem início ao fim da longa ditadura civil-militar que assolou o país entre 1964-1985. Desde o início desse novo e democrático capítulo da história republicana somam-se sete primeiras-damas: Marly Sarney (1985-1990), uma das duas figuras que mantiveram-se dedicadas às funções palacianas; Rosane Collor (1990-1992), envolvida em escândalo de corrupção e desvios de verba da instituição de assistência sob seus cuidados, por fim ela e o marido deixariam o governo antecipadamente em meio a um processo de impedimento; Ruth Cardoso (1995-2002), a grande socióloga e antropóloga que serviu oito anos como primeira-dama e ajudou a construir uma nova forma de se fazer assistência social como política de Estado no país; Marisa Letícia (2003-2010), que também manteve-se distante da vida pública e política do país; Marcela Temer (2016-2018), cuja beleza fez lembrar Maria Thereza Goulart (1961-1964), considerada a mais bela primeira-dama da história brasileira; Michelle Bolsonaro (2019-2022), com seu discurso em Libras na posse presidencial marcou a história republicana; e, por fim, a atual ocupante do posto, Janja da Silva, feminista, politicamente ativa no governo e que rechaça o título de primeira-dama. Essa cronologia possui dois intervalos (1992-1994 e 2011-2016), pois dois presidentes eram divorciados, Itamar Franco e a presidenta Dilma Rousseff.

---

<sup>1</sup> Doutor em História, professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. [bruno.sanches@upe.br](mailto:bruno.sanches@upe.br)

O recorte temporal proposto na presente análise é de 2016 até 2023, posto que no intervalo de oito anos sucederam-se três primeiras-damas, acontecimento inédito na história republicana recente do Brasil. Além do fator numérico, consideramos também que as três representam diferentes nuances do cenário político-ideológico do Brasil: a extrema direita, o centro e a esquerda<sup>2</sup>. O texto que segue é um exercício de uma reflexão em construção, um ensaio que prenuncia análises vindouras. A proposta, portanto, é perceber que, mesmo com diferenças ideológicas entre as três, mantém-se a atenção à infância como um pressuposto essencial do escopo de atuação das primeiras-damas, o que está posto numa trajetória temporal mais longa, ligada à concepção histórica de primeiro-damismo.

As atividades desenvolvidas pelas primeiras-damas no Brasil estiveram (estão?) fortemente associadas com a assistência social. O modelo de primeira-dama da República consolida-se a partir dos Estados Unidos, uma vez que o papel moderno das primeiras-damas foi moldado pelas atividades de Eleanor Roosevelt (1933-1945), que além de marcante atuação junto às questões sociais no país, tornou-se célebre pela defesa dos direitos humanos no cenário internacional. No Brasil, a criação de certo modelo para a ação das primeiras-damas deu-se a partir da longa trajetória de Darcy Vargas, quem mais tempo ficou no posto na história republicana brasileira (1930-1945; 1951-1954).

A atuação de Darcy Vargas ficou muito marcada na historiografia e é até hoje lembrada, de certa forma, na memória coletiva, em razão da fundação da Legião Brasileira de Assistência em 1942. A LBA era uma grande instituição de assistência social criada para oferecer suporte material e moral aos combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial, bem como a suas famílias aqui no Brasil. Com o final do conflito mundial e do Estado-Novo (ambos em 1945), a LBA teve, a partir de 1946, como novo propósito prestar assistência à infância e à maternidade. Assim, a instituição se expandiu por todo o país promovendo cursos, construindo e equipando postos de puericultura (Silva, 2020). A LBA foi extinta em 1º de janeiro de 1995, num contexto em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) já haviam

---

<sup>2</sup> A classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros é bastante complexa e escapa ao escopo do presente texto. Para mais: Bolognesi, Ribeiro, Codato, 2022.

sido aprovados, o que levou a proteção e assistência à infância e juventude para o escopo de atuação direta do Estado Brasileiro.

A LBA tinha previsto em seus regimentos que a presidência da instituição seria da primeira-dama da nação, no entanto, como não se trata de uma disposição impositiva, algumas primeiras-damas não ocuparam tal posto, mas seis delas o fizeram, sendo possível afirmarmos que tal fato colaborou significativamente para a consolidação da representação das primeiras-damas brasileiras ligadas à assistência social (Silva, 2020). Segundo Torres (2002, p.25), “a imagem que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações.”, é importante refletirmos que tais representações engendram, expressivamente, relações e poderes políticos.

É longa e profícua a reflexão sobre a relação das mulheres com o espaço dos cuidados, isto é, a representação e a prática correntes de que cabe especialmente às mulheres a responsabilidade de cuidar e amparar os membros da família e da comunidade. O maternalismo é uma forma de entendimento sócio-política que parte do pressuposto que as características ditas femininas permitem às mulheres uma inserção efetiva no ambiente público e no mercado de trabalho (Mott, 2001; Martins, 2011). Nesse sentido,

O lugar das mulheres estava, portanto bem definido: era o lar, como esposas amorosas, mães dedicadas e senhoras benevolentes. Suas qualidades naturais e morais as habilitavam para a maternidade e as lides domésticas, mas também se esperava, tanto do ponto de vista da religião quanto da filosofia moral, que essas qualidades fossem estendidas para os outros, para aqueles que sofriam e que precisavam de cuidados. (Martins, 2011, p.21)

Martins (2011) enfatiza como o lugar pensado e definido socialmente para as mulheres já articulava a ideia de uma atuação nos cuidados e, assim, na filantropia e na benemerência. Dessa maneira, a atuação das primeiras-damas esteve, mormente, atrelada a essa concepção de “maternidade pública”, ou seja, utilizar do pressuposto de natureza feminina ligada à maternidade para atuar no espaço público. As ações das primeiras-damas estariam, portanto, mais próximas da figura materna do que da figura política. Na longa tradição, o

primeiro-damismo ficou associado a um exercício público da maternidade, em uma espécie de maternidade coletiva (Simili, 2008).

Nesse sentido, vamos investigar brevemente como as três mais recentes primeiras-damas do Brasil aliaram-se ou não a tais pressupostos e como conduziram projetos e programas para a infância brasileira.

### **Marcela Temer: beleza e maternidade no uso político (2016-2018)**

Marcela Temer surgiu no cenário político nacional em 2011, quando seu marido, Michel Temer, tomou posse no cargo de vice-presidente da República, compondo a chapa com a Presidenta Dilma Rousseff. Na cerimônia de posse, em 1 de janeiro de 2011, Marcela Temer chamou a atenção da mídia nacional – e do público – pela jovialidade, então com 27 anos, e pela beleza. Enquanto segunda-dama da nação sua participação pública foi significativamente diminuta, situação que se transformou a partir de 31 de agosto de 2016, quando, por ocasião da aprovação final do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, assumiu, em definitivo, a Presidência da República, tornando assim Marcela a primeira-dama do país.

Antes de ser o centro da atenção em Brasília, Marcela fora modelo e Miss Paulínia, cidade do interior de São Paulo. Conheceu seu futuro marido, 43 anos mais velho, quando ele estava em campanha para Deputado Federal em 2002 e passou pela cidade dela. Casaram-se em 2003 e em 2008 nasceu Michelzinho, único filho do casal. Marcela é formada em direito, mas nunca chegou a fazer o exame da OAB, pois sua formatura coincidiu com o nascimento do filho. O casal sempre foi motivo de comentários públicos, *memes* e muito humor por parte de cartunistas, humoristas etc., que se fartavam com a figura da “bela loira” e do “vampiro” – como Temer era ironizado publicamente. Os comentários decorriam sobretudo da grande diferença de idade – a maior na história da República.

É preciso, antes de mais nada, que não percamos de vista que a ascensão do casal Temer ao poder máximo nacional deu-se em razão do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, processo eivado de contradições, polêmicas políticas e manipulações na mídia. Há diversos estudos sobre o golpe político aplicado a Rousseff em 2016, muitos convertem também para os estudos de gênero, uma vez que as representações corriqueiras da presidenta

expressavam profunda misoginia<sup>3</sup>. A tese recorrente mais aceita por estudiosos políticos é de que a presidenta sofreu um golpe político, tendo em vista sua recorrente insubmissão às negociações com parlamentares do campo político de centro, representados, sobretudo, pelo então vice-presidente, Michel Temer.

Marcela Temer ocupou o posto de primeira-dama do Brasil pelo período de dois anos e quatro meses, no entanto, sua passagem não foi significativamente marcada por ações suas próprias. O episódio, possivelmente, mais lembrado deu-se um dia após a Câmara dos Deputados aprovar o relatório do processo de impeachment da presidente, e trata-se da publicação em revista de grande tradição e circulação nacional da matéria intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” (Veja, 18/04/2016). No texto, Marcela é apresentada como uma mulher bela que usa apenas vestidos abaixo do joelho, que não gosta de roupas sensuais, e do lar, uma referência à dedicação exclusiva aos cuidados com a casa, o marido e com o filho. A matéria repercutiu estrondosamente tanto em razão de retrocessos nas concepções e representações para mulheres brasileiras, quanto em função do processo de impeachment, que se encaminhava para o momento mais agudo, o que era visto como estratégia de Michel Temer por mais popularidade.

No exercício do posto de primeira-dama, Marcela envolveu-se no projeto “Criança Feliz”, lançado pelo governo federal em outubro de 2016 – menos de dois meses após o afastamento de Dilma – e que consistia em oportunizar visitas a residências para acompanhamento do desenvolvimento de crianças de até 3 anos, que recebem Bolsa Família e estão em condições de vulnerabilidade. No lançamento oficial do programa, no Palácio do Planalto, em 05 de outubro de 2016, Marcela Temer fez sua estreia pública como primeira-dama do Brasil com um curto discurso. Sua fala foi criticada por essencializar e naturalizar a maternidade, reforçando certa ideia de instinto. As críticas concentraram-se na frase “O que nós mães percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência”. A fala do presidente Temer, na ocasião, também foi criticado, posto que ele declarou:

Devo dizer que, a presença da Marcela, como embaixadora, [...] visa exatamente a incentivar as senhoras, mulheres do país, autoridades. Certa e seguramente, a Marcela um dia vai

---

<sup>3</sup> Mais em Slaviero, Sader, 2018; Lima, 2020.

convidar as senhoras primeiras-damas e as senhoras prefeitas municipais, para estarem todas aqui em Brasília, para que não fique apenas como um programa da União, mas que seja como um programa da Federação (Michel Temer, 05/10/2016).

O presidente parece entender que as mulheres, e apenas elas, são as responsáveis pelos cuidados e pela manutenção da saúde das crianças, enfatizando que as prefeitas, por serem mulheres, devem se preocupar mais com tais questões do que os prefeitos, já que estes não seriam convidados.

O projeto “Criança Feliz”, onze meses após seu lançamento, colhia críticas por sua ação e diminuto tamanho, como demonstrou reportagem da BBC Brasil em setembro de 2017. A matéria busca apresentar o programa como “uma tentativa do governo impopular de Michel Temer de ter uma vitrine na área social”, e também demonstrar que os números divulgados são imprecisos quando cruzados com dos governos estaduais e municipais. O programa Criança Feliz, destarte, permanece ativo no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que divulga em sua página oficial que suas ações já atingem mais de três mil municípios.

Fica evidente nos discursos do então presidente e da primeira-dama a aproximação contundente da atuação da primeira-dama com o exercício da maternidade. No – raro – discurso por ocasião do lançamento do Programa Criança Feliz, Marcela Temer sempre se referiu a “nossos filhos”, assumindo que ali falava como mãe, ao passo que se colocava, portanto, no espaço público e político enquanto mãe, retomando a longa tradição do maternalismo, presente desde o começo do século XX.

### **Michelle Bolsonaro: conservadorismo e inclusão (2019-2022)**

A eleição presidencial de 2018 configurou-se como um momento conturbado da história política brasileira: o ex-presidente, e virtual candidato, Luís Inácio Lula da Silva, estando preso, foi impedido pela Justiça de participar; o impopular presidente Michel Temer decidiu não se candidatar; o deputado federal, capitão reformado do Exército e candidato à Presidência Jair Bolsonaro sofreu um atentado à faca em uma atividade de campanha no dia 06 de setembro. Ele acabaria em primeiro lugar no primeiro turno e seria eleito

presidente no segundo turno. Nessa turbulenta campanha eleitoral, a participação de sua esposa, Michelle Bolsonaro, foi pequena e discreta.

Chegado o momento da posse presidencial, 1º de janeiro de 2019, o casal Bolsonaro apresentaria um dos principais tons do mandato: a quebra dos protocolos. O cerimonial rege que depois de recebida a faixa presidencial, o Presidente faça seu discurso à nação, mas nesse caso foi a primeira-dama que o fez. E na Língua Brasileira de Sinais. O discurso de Michelle – antes do marido – pode ser visto como um aceno de Bolsonaro às mulheres, grupo muito refratário a sua candidatura, em razão das diversas declarações misóginas proferidas pelo deputado e candidato (Nascimento, Lopes, Lima, 2023.). Em seu discurso, a primeira-dama apresentou também seus planos de ação:

Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa (Michele Bolsonaro, 01/01/2019).

Michelle, em diversas oportunidades, relatou que, antes da presidência da República, frequentemente se ocupava de trabalhos voluntários ligado à comunidade surda e as igrejas evangélicas no Rio de Janeiro. Esse é outro fator importante incorporado ao arcabouço político de Bolsonaro por Michelle: os evangélicos. A primeira-dama, que cresceu na periferia de Brasília, ao longo de sua vida esteve próxima de igrejas evangélicas, enquanto Jair Bolsonaro declara-se católico. No entanto, nas eleições de 2018 e 2022, o eleitorado evangélico foi parte significativa dos votos de Bolsonaro. Essa aproximação eleitoral deu-se em razão da utilização de Bolsonaro de valores cristãos, como a defesa da família cristã e posicionamento contra o aborto, para angariar apoio de segmentos da população brasileira, entre elas as próprias pessoas com deficiência. Mello (2019) enfatiza que, no Brasil, grande parte da produção acadêmica sobre a surdez foi produzida por estudiosos e pesquisadores com trajetória religiosa protestante. Ao longo do governo Bolsonaro (2019-2022), Michelle continuou dando entrevistas e fazendo discursos em Libras e trazendo à cena política o debate sobre a comunidade surda.



**Figura 1:** Michelle Bolsonaro discursa em Libras na cerimônia de posse presidencial de 2019. Fonte: Folha de S. Paulo.

Enquanto primeira-dama sua atuação foi também marcada pela criação e presidência do programa federal de voluntariado, intitulado “Pátria Voluntária”. Lançado em 09 de julho de 2019, o programa tinha como propósito “engajar instituições públicas, sociedade civil e setor privado no fomento ao voluntariado no país.” (Ag. Brasil, 09/07/2019) e seria formado por um conselho constituído de 24 membros – 12 representantes de ministérios do governo e 12 representantes da sociedade civil. Na ocasião a primeira-dama declarou “lutaremos incansavelmente para que o voluntariado seja uma marca do governo” (Ag. Brasil, 09/07/2019), e acrescentou que “não é substituir o Estado, mas somar forças para melhorar a qualidade devida da população” (Ag. Brasil, 09/07/2019). É oportuno destacarmos que o governo Bolsonaro e a fala de Michelle Bolsonaro, mais especificamente, remetem e reforçam a tradição de voluntariado e assistencialismo que, no Brasil, estava em desuso no que concerne às ações do governo federal desde a década de 1990. O assistencialismo, entendido como a distribuição de benesses sem uma política pública estruturada, marcou a atuação de primeiras-damas por décadas. No Dicionário Michaelis Online o termo aparece definido como “prática que consiste numa pretensa assistência social às pessoas carentes da sociedade, exercida por políticos, com o intuito de conseguir apoio eleitoral”. O abandono dessas práticas e a transformação na assistência social brasileira deu-se, como já apontado, pela implementação do ECA em 1990, pela LOAS em 1993 e a extinção da LBA em 1995. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a primeira-dama Ruth Cardoso, antropóloga de longa e prestigiosa carreira

acadêmica, atuou para romper com a prática do assistencialismo eleitoreiro (Guedes, Mello, 2019) e transformar assistência em política de Estado.

Em agosto de 2020, o governo federal divulgou que “[O programa] Pátria Voluntária lança campanha para ajudar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade” (Ag. Brasil, 28/08/2020). Cabe ressaltarmos o uso da ideia de (e do verbo) ajudar, distinguindo-se, portanto, de um processo de transformação e melhoria da realidade social, ligada a uma política efetiva de Estado. Ao longo da existência do Programa (extinto em 2023), foram promovidas campanhas de arrecadação de doações no dia das crianças, visando a distribuição de presentes para crianças e adolescentes. Tais campanhas envolviam outros órgãos da administração federal, como o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Exército Brasileiro. O programa também promovia a ação “Alvorada de Portas Abertas”, que recebia crianças e adolescentes no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, na época do natal com festividade e distribuição de presentes.

Desde que chegaram ao poder máximo da República, o casal Bolsonaro tem sido alvo de diversos escândalos e investigações de mau uso de recursos públicos, desvio de verbas de gabinete e até a tentativa de venda de presentes recebidos em viagens internacionais oficiais da Presidência da República. No começo de 2023, o Tribunal de Contas da União encontrou inconsistências na prestação de contas do “Pátria Voluntária”, e, entre outros problemas, apontou a falta de isonomia na seleção de projetos. Contudo, o programa já havia sido extinto pelo presidente Lula no início de seu novo mandato em 2023.

Ao longo do governo, Michelle Bolsonaro ocupou a presidência do conselho do Pátria Voluntária, assim como promoveu ações voltadas à comunidade surda brasileira. É importante ressaltar que o casal Bolsonaro sempre se valeu de um discurso religioso para suas propostas e projetos, dizendo-se imbuídos de valores cristãos, especialmente, no que tange à certa ideia de família – nuclear, cisgênero, heterossexual e religiosa. Michelle agiu investida de uma ideia de caridade cristã, que é também elemento fundamental para a representação propagada por ela e pelo governo de mulher e de mãe. Sanglard (2013, p.230) apresentou conceituação de caridade, onde essa seria a ação que não visa qualquer ideia de utilidade social, estando muito mais atrelada a valores morais e religiosos.

Durante o governo Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fora ocupado por Damares Alves, pastora evangélica, que se declara contra o feminismo, o aborto legal, discussões sobre educação sexual e gênero nas escolas, entre outros temas. Em 2020, a ministra teria agido para impedir que uma menina de 10 anos, após repetidos abusos sexuais, realizasse um aborto seguro em um hospital. Não nos escapa, portanto, que as crianças e adolescentes enquanto público-alvo das ações desenvolvidas por Michelle Bolsonaro apareçam num exercício de caridade cristão, muito mais relacionadas a um tipo de trabalho evangélico missionário do que a políticas públicas.

### **Janja da Silva: feminismo e protagonismo político (2023 – )<sup>4</sup>**

Rosângela Lula da Silva é a atual esposa de Luís Inácio Lula da Silva, que está em seu terceiro mandato presidencial (2003-2006; 2007-2010; 2023 - ). Janja, como é conhecida, é socióloga, formada pela Universidade Federal do Paraná, e membra do Partido do Trabalhadores, mesmo de seu esposo, desde 1983. Janja tem longa carreira administrativa no setor elétrico brasileiro, tendo sido coordenadora de programas de impacto ambiental e desenvolvimento sustentável na Itaipu Binacional – uma das maiores geradoras de energia renovável do mundo – e também na Eletrobrás, empresa nacional de geração de energia, tendo se desligado em 2020, quando já namorava Lula<sup>5</sup>. O casamento aconteceu em 18 de maio de 2022, em meio a corrida presidencial, que culminaria com a eleição de Lula e a derrota do então presidente Jair Bolsonaro no segundo turno. Assim, Janja tornara-se “primeira-dama” do Brasil.

O termo “primeira-dama” aparece entre aspas nas menções sobre Janja, posto que ela já expressou que não gosta do termo. Em entrevista à revista Vogue Brasil, publicada online no dia da posse presidencial (01/01/2023) Janja afirmou: “Primeira-dama é o quê? Dama? É uma coisa tão patriarcal. [...] Já quebrei a cabeça tentando encontrar um substituto. Já me chamaram de primeira companheira, que também não gosto. Companheira é uma coisa muito do PT. Sou a Janja.” (Vogue Brasil, 01/01/2023). Janja voltaria a questionar o título em

---

<sup>4</sup> Parte desse debate foi apresentado, de forma preliminar, no V Seminário Internacional História do Tempo Presente, em outubro de 2023.

<sup>5</sup> Lula foi casado por mais de 40 anos com a ex-primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva, que faleceu, aos 66 anos, em 03 de fevereiro de 2017.

entrevista à rede de televisão GloboNews, em 5 de janeiro de 2023: "É Janja Lula da Silva, esposa do presidente Lula. Tem primeiro-damo? Não! Chama o nome do homem, esposo de... [Então é] Janja Lula da Silva, esposa do presidente Lula, até o momento que não precise mais do apóstrofo". O que Janja questiona não é apenas o conceito "primeira-dama", mas também a trajetória que ele representa nos campos social e político do Brasil. Janja busca criar para si um posto de atuação política ativa e na construção de políticas públicas e projetos em determinadas áreas e, assim, distanciar-se da posição de figura acessória ao poder, decorativa ao lado do homem. Janja é apontada, por jornalistas, políticos e cientistas políticos, como peça-chave na tensa eleição de 2022 entre Lula e Bolsonaro. A articulação que ela construiu com o setor cultural teria sido fundamental para a amplitude da campanha.

Para nossa análise, é relevante indicarmos que Janja quando se coloca em projetos e ações de assistência e políticas públicas não o faz com o papel de "mãe da nação". Janja é a quarta mulher das trinta quatro que já ocuparam o posto de "primeira-dama" que não é mãe (somando-se a Mariana da Fonseca (1889-1891), Nair de Teffé (1913-1914), ambas na Primeira República, e Rosane Collor (1990-1992), já na Nova República). Desse modo, Janja não se utiliza da maternidade para atuar pública e politicamente. Ela o faz como uma agente política. Declaradamente feminista, tem defendido maior e plena participação e protagonismo das mulheres na política.

No que tange aos seus projetos, Janja tem atuado nas campanhas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, que ela já declarou publicamente como prioridade. Em cerimônia em alusão ao Dia de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 18 de maio de 2023, Janja, em discurso, declarou que "A parceria entre a sociedade civil e o Estado na reconstrução e execução das políticas de proteção para crianças e adolescentes é o único clima que pode pintar" (Correio Braziliense, 18/05/2023). A mensagem, além de reforçar uma ideia de união da sociedade civil e do governo em prol do combate à exploração sexual infantil, faz menção a uma declaração do ex-presidente Bolsonaro. Em outubro de 2022, durante a eleição presidencial, Bolsonaro mencionou que um dia andando de moto, nos arredores de Brasília, se deparou com meninas venezuelanas por volta de 14 anos e que quando se aproximou delas teria "pintado um clima",

referindo-se a certo interesse romântico-sexual. A frase repercutiu muito mal, sobretudo, pela situação de vulnerabilidade social das meninas, e, claro, pelo fato de serem menores de idade. Essa é uma postura que Janja assume, mesmo quando trata de assuntos de assistência social e/ou ligados à infância e à juventude não o faz enquanto “mãe”, mas sim enquanto uma agente política e trata o debate como político público, não de bastidores<sup>6</sup>.

É claro que as ações de Janja não passariam incólume pela classe política e pela imprensa brasileira. “Janja amplia protagonismo e incomoda oposição e aliados” (Revista Veja online, 06/10/2023); “Janja assume agenda presidencial no lugar de Alckmin” (Gazeta do Povo, 28/09/2023). As manchetes citadas são apenas uma pequena amostra do que se pode encontrar na imprensa brasileira. As críticas sempre existiram desde que Janja apareceu publicamente, primeiro como namorada de Lula ainda preso, depois como esposa e “primeira-dama”. As críticas se agudizaram entre setembro e outubro de 2023, em razão da necessidade de o presidente operar o quadril e, portanto, permanecer sem agenda pública. Nesse período, houve grande catástrofe ambiental nos estados do Sul do país, especialmente o Rio Grande do Sul, Janja foi então incumbida de representar a Presidência da República e chefiar a comitiva de ministros em visita às regiões afetadas. As críticas foram enormes. Nesse sentido, nos coadunamos à reflexão que Guedes e Melo (2023):

Os críticos, porém, não consideraram – ou não quiseram considerar – um ponto essencial: os 40 anos de militância partidária de Janja. A menina de 17 anos que se filiou ao PT em 1983 jamais deixou de fazer política. (Guedes, Melo, 2023, p.134)

O que significa dizer que Janja não estava ali apenas por ser “esposa do presidente”, mas sim por tratar-se de uma agente política com longa tradição de atuação e envolvimento na política nacional. Em abril de 2024, Janja engajou-se, fortemente, na realização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacando, em seu perfil na rede social Instagram

---

<sup>6</sup> Há diversas menções às interferências de Janja nos rumos da política nacional, desde a escolha de ministros e ministras até a veemente recusa de se usar a lei de Garantia da Lei e Ordem durante os ataques de janeiro de 2023, quando Brasília foi depredada por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro. (Guedes, Melo, 2023)

que a conferência “é um importante espaço de diálogo entre o governo e a sociedade civil para a construção de propostas de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Garantir que nossas crianças e adolescentes cresçam com dignidade e se desenvolvam em um ambiente seguro e saudável é um papel de todas e todos nós” (Janja Lula da Silva, 03/04/2024). Nessa declaração percebemos um distanciamento das práticas de Marcela Temer e Michele Bolsonaro voltadas para o voluntariado e o assistencialismo. Janja fala em cooperação do governo e da sociedade na “construção de propostas de políticas públicas”, isto é, não isentar ou diminuir a responsabilidade e a ação do estado no processo de minorar as desigualdades sociais.

Para finalizar, gostaríamos de salientar a forma como, por vezes, Janja reforça o papel de primeira-dama, mesmo que não o queira. Queremos pensar duas situações concretas: a primeira delas é o casamento de Janja e Lula, já em pré-corrída presidencial, ter se tornado o mote principal de toda a campanha presidencial de Lula, que explorou o lema “O amor vence o ódio”. Isto é, Lula ainda visto por alguns setores da sociedade como um político radical, um extremista, mas a figura feminina, bonita e trinta anos mais jovem, de algum modo suavizaria essa imagem. Nesse sentido, mesmo que não o queira, a figura de Janja ao lado de Lula retomaria o papel clássico da primeira-dama. Outro exemplo é extraído da já citada comitiva governamental de suporte aos estados atingidos pelas enchentes em setembro e outubro de 2023. Janja foi extensivamente fotografada amparando famílias e entregando alimentos para as populações afetadas, maciçamente representadas nas fotografias por mulheres. Os historiadores muito pouco se permitem a aventura do “se”, mas cabe a reflexão: será que se o Presidente Lula (ou mesmo o Vice-Presidente Geraldo Alckmin) tivesse ido à visita seria fotografado cercado por mulheres e distribuindo cestas básicas como na figura 2? Entendemos que é a permanência da noção de que o cuidado e o amparo com os necessitados, mesmo que ainda no âmbito da atuação do Estado, é função precípua de mulheres.



**Figura 2:** Janja (ao centro), acompanhada por comitiva de ministros, distribui mantimentos à população. Foto: Claudio Kbene para Carta Capital Online, 28/09/2023.

### À guisa de conclusão: o passado que não passa



**Figura 3:** Janja discursa no Palácio do Planalto, 02/03/2023. Foto: Presidência da República. **Figura 4:** Marcela Temer (à esquerda) recebe Michele Bolsonaro (à direita) no Palácio da Alvorada na transição de governo 21/11/2018. Foto: Assessoria Palácio do Planalto.

Três mulheres bastante distintas entre si: uma ex-miss “bela, recatada e do lar”, uma intérprete evangélica de libras voluntária e uma socióloga feminista com forte engajamento político. Apenas algumas coincidências as aproximam: elas são segunda (Marcela) ou terceira esposa (Michelle e Janja) de seus maridos, e todas possuem grande diferença de idade para os cônjuges: Marcela, 42 anos de diferença, Michelle 27 anos e Janja 21 anos. Talvez as semelhanças parem por aí. Marcela e Janja fizeram curso superior, mas só a socióloga – entre as três – desenvolveu sólida carreira profissional. Marcela e Michelle são mães, e são as únicas que mantiveram entre si uma relação amistosa – ao menos publicamente durante a transição de governo (figura 4, acima).

É necessário trazer à atenção a perspectiva de que as três primeiras-damas aqui analisadas, profundamente diferentes, desenvolveram/desenvolvem

projetos ligados as crianças e adolescentes. Cada uma delas, contudo, o fez adequando as ações a seu (ou de seu marido) espectro político-ideológico. Aí encontramos a importância da discussão de tempo presente, isto é, de pensarmos as nossas relações com esses passados que não passam, essas camadas espessas de passado e presente (Dosse, 2017). De que maneira ainda se faz tão presente a concepção da mulher-mãe para agir no espaço político, terá o maternalismo terminado sua vigência? É possível pensarmos em um papel para a “esposa do Presidente” que não passe forçosamente pelas propostas e projetos voltados à infância? Seria tão estranho uma “primeira-dama” que não “cuidasse” da infância brasileira? Parece que sim.

De que maneiras ainda se pensa a figura feminina como suavizadora e tranquilizadora para o homem, especialmente na política, seja como primeiras-damas, seja como “complementares” em chapas de campanhas eleitorais? Essas são algumas das perguntas que ainda estamos nos fazendo, enquanto pesquisadores e enquanto cidadãos. O que podemos destacar, especialmente por meio da análise da trajetória de Janja, é que esse papel histórico de primeira-dama, eternizado pelas “grandes damas”, como Darcy Vargas e Sarah Kubistchek, é ainda um lugar de memória e representações muito forte, e ao qual o público brasileiro parece muito familiarizado e seguro. Temos observados novos formatos do primeiro-damismo surgirem no mundo, especialmente nos Estados Unidos, desde a atuação de Michelle Obama até mais a atual primeira-dama dos Estados Unidos, Dra. Jill Biden, que faz questão de ser tratada por doutora e de continuar lecionando na universidade. De certo modo é uma revolução no trato e nas representações das primeiras-damas.

As reflexões que têm tomado a sociedade brasileira nos últimos anos pautadas, mormente, pelos movimentos feministas de que a maternidade não pode ser pensada de forma compulsória, como destino impositivo das mulheres, parecem, contudo, ainda distantes do objetivo central, apesar de já terem logrado importantes vitórias. A infância e a juventude não podem ser um campo de atuação de mulheres, como únicas responsáveis, mesmo quando estão na política. Assim, como não podem ser o único campo de atuação reservado às mulheres na política.

## **Referências**

ANTHONY, C. First Ladies, a short History. 14 de julho de 2008. Disponível em <http://www.firstladies.org/documents>.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, 2022.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. In: LAPUENTE, R. S.; GANSTER, R.; ORBEN, T. A. (orgs.). Diálogos do Tempo Presente: Historiografia e História. Porto Alegre: Editora F, 2017.

GUEDES, C. MELLO, M. F. Todas as mulheres dos presidentes: a história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República. Rio de Janeiro: Máquina de livros, 2019.

GUEDES, C. MELLO, M. F. Janja: a militante que se tornou primeira-dama. Rio de Janeiro: Máquina de livros, 2023.

MELLO, A. A caridade de Michelle Bolsonaro e o surdonacionalismo pentecostal como projeto de governo. Catarinas, v. 4, 2019.

MOTT, M. L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 199-234.

NASCIMENTO, G. P.; LOPES, M.; LIMA, C.. Uma análise discursiva do pronunciamento em Libras de Michele Bolsonaro na posse presidencial de 2019. Entretextos, v. 23, n. 4, p. 90-112, 2023.

SANGLARD, G. A sociedade civil e a construção de hospitais na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. In SANGLARD, G., ARAUJO, C.E.M., SIQUEIRA, J.J. (Org.). História Urbana: memória, cultura e sociedade. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, v. 1, p. 225-249.

SILVA, B. S. M. Relações entre políticas para a infância e o primeiro-damismo no Brasil: gênero e tempo presente In Anais eletrônicos V Seminário Internacional História do Tempo Presente. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/VSHTP>

SIMILI, Ivana G. Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Edunesp: 2008.

SLAVIERO, C; SADER, E. Dilma Rousseff: a senhora da democracia. Curitiba: Contactos, 2018.

LIMA, E. C. de A. . Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 56, 2020.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um breve balanço do governo Temer. SER Social, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 11–28, 2019.

#### Periódicos citados:

Veja, 18/04/2016

BBC News 04/09/2017

Ag. Brasil, 09/07/2019

Ag. Brasil, 28/08/2020

Revista Vogue Brasil, 01/01/2023

Correio Braziliense, 18/05/2023

Revista Veja online, 06/10/2023

Gazeta do Povo, 28/09/2023